



CONTRATO N.º 012 / 2021

**CONTRATO N.º 012/2021**, celebrado entre a **METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação** e a empresa **LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação**, Sociedade de Economia Mista em Liquidação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.535.210/0001-47, com endereço na Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás, neste ato representada por seu Liquidante e Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais, **Sr. Edson Sales de Azeredo Souza**, brasileiro, casado, Administrador, Gestor de Finanças e Controle, portador da CNH nº 01631500494, residente e domiciliado em Goiânia, nomeado pelo Decreto Governamental de 14.01.2019, publicado na página 4 do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22.971, de 14.01.2019 – Suplemento, confirmado liquidante pelo Decreto nº 9.455, de 25 de junho de 2019, nos termos do Art. 76 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, e pelos §§ do Art. 66 desta mesma Lei, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.604.236/0001-62, sediada na Rua Antônio Zanini, N.º 387, São José, Caxias do Sul – RS, CEP: 94.041-070, doravante designada **CONTRATADA**, representada pelo sr. **Marcos Ricardo Costi**, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, n.º 2673, Apto. 203, Edifício Tupam, Bairro Madureira, Caxias do Sul – RS, CEP 95.020-200, portador da Carteira de Identidade nº 9030385513 expedida SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 002.638.811-13, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo – SEI nº 202100005008955 e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e disposições complementares, da Lei Estadual nº 17.928/2012 e da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e Lei nº 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e

X

Flávia Soares de Faria  
Advogada



dos Municípios e ainda o Decreto Estadual de Goiás n.º 9.666/2020, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo n.º 64570.001092/2020-15, através de Pregão Eletrônico SRP n.º 11/2020 da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, através da Ata de Registro de Preço n.º 04/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Mobiliário Corporativo para mobiliar o Prédio pertencente a METAGO em Liquidação, situado a Avenida Laurício Pedro Rasmussem, Vila Yate, Goiânia - GO, conforme especificações estabelecidas no Edital Originário do Pregão Eletrônico SRP n.º 11/2020 da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, ambos parte integrante do presente Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência e Edital do Pregão com seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ITEM CONFORME ATA					
ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	MARCA/MOD	VR. UNIT	VR. TOTAL
26	Estação de trabalho Angular em “L” medindo: 1600x1600x600x600x740mm	55	Layout Madri	R\$ 648,00	R\$ 35.640,00
Valor total				R\$ 35.640,00	

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 26/04/2021 e encerramento em 25/04/2022, improrrogável; ou restrito ao fornecimento, instalação do mobiliário solicitado, devidamente atestado em Nota Fiscal e seu devido pagamento, sendo então, sua vigência expirada após a conclusão deste atos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 35.640,00 (trinta e cinco mil seiscientos e quarenta reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros

Flávia Soares de Faria  
Advogada  
OAB/GO 42.923



necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta aquisição serão utilizados dos recursos próprios da METAGO em liquidação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação das Notas Fiscais/Faturas, discriminativa dos materiais, correspondentes ao somatório dos valores das Ordens de Fornecimento, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante.

5.1.1. Todos os fornecimentos serão executados com emissão de **Ordem(ns) de Fornecimento(s)** que serão expedidas, acompanhadas, revisadas e recebidas (aceitas) tanto em caráter provisório, como em definitivo, com aceite e aprovação da fiscalização e do gestor do contrato para posterior pagamento.

5.2. O gestor do contrato terá o prazo de até **10 (dez) dias**, contados a partir da data do relatório circunstanciado da fiscalização, para realizar a análise dos relatórios, das **OF's** e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente executados e concluídos.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto



à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento as ME e EPP, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas.

5.8. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

### 7.1. Da garantia de Execução:

7.1.1. Não haverá exigências de garantia contratual da execução.

### 7.2. Da garantia Contratual dos Bens:

  
Flávia Soares de Faria  
Advogada  
OAB/GO 42.923



- 7.2.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 7.2.2.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 7.2.3.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 7.2.4.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 7.2.5.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 7.2.6.** Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 7.2.7.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 7.2.8.** Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 7.2.9.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 7.2.10.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 7.2.11.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado



daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O fornecimento será iniciado após a confirmação do recebimento da **Ordem de Fornecimento**, o prazo para a entrega dos materiais será de 30 (**trinta**) dias.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, pela CONTRATANTE, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e do Edital, assim como, da proposta apresentada, devendo os mesmos serem substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. Os serviços deverão ser realizados no Prédio pertencente a METAGO em Liquidação, situado a Avenida Laurício Pedro Rasmussem, Vila Yate, Goiânia - GO, de segunda a sexta feira, das 08h00 às 12h00min e das 14h00min e 18h00min.

8.7. Demais esclarecimentos podem ser feito com a Coordenação Patrimonial, no telefone (62) 3201-8449.

8.8. Concluído o fornecimento, eles serão recebidos de conformidade com o Inciso I do Art. 73 da Lei nº 8.666/93, e das instruções no Edital que originou a respectiva Ata.

## 9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. Ficam designados como Gestores do Presente Contrato, o Gerente de Gestão Financeira, Sr. Bruno Batista Silva, sob CPF n.º 011.810.451-93, e a Coordenadora Patrimonial, Sra. Renata Apolinário Gomes Santos, sob o CPF n.º 014.521.621-74.

9.2. A fiscalização será exercida pelo servidor da Coordenação Patrimonial, o Sr. Marcos Alves de Sousa, CPF n.º 348.935.981-04, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no

  
Flávia Soares de Faria  
Advogada  
OAB/GO 42.923



curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**9.3.** Ao fiscal caberá demandar o pedido, verificar a qualidade do material fornecido, proceder à fiscalização dos preços praticados e o atesto da nota fiscal/fatura apresentada;

**9.4.** A fiscalização acima mencionada não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da METAGO em Liquidação;

**9.5.** A fiscalização não aceitará sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**10.1.** Das obrigações da CONTRATADA:

**10.1.1.** As Obrigações e Responsabilidades da Contratada serão de acordo com as instruídas no Edital n.º 011/2020 que originou a respectiva Ata de n.º 004/2020.

**10.2.** Das obrigações da CONTRATANTE:

**10.2.1.** As Obrigações e Responsabilidades da Contratante serão de acordo com as instruídas no Edital n.º 011/2020 que originou a respectiva Ata de n.º 004/2020.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital n.º 011/2020 que originou a respectiva Ata de n.º 004/2020.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

**12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**12.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.1.2.** De forma amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à

  
Látia Soares de Faria  
Advogada  
OAB/GO 42.223



CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme caso:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

**13.1.** É vedado à CONTRATADA:

**13.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**13.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

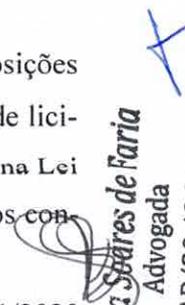
**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS E VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**15.2.** Por força de Lei, o presente Contrato se vincula ao Pregão Eletrônico SRP nº 11/2020

  
Rívia Soares de Faria  
Advogada  
OAB/GO 42.923



da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Portanto, qualquer omissão neste contrato, terá como amparo o Edital do supracitado Pregão Eletrônico.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Goiânia - GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Goiânia – GO, 26 de abril de 2021.

  
**METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação**

**Edson Sales de Azeredo Souza**

Liquidante da METAGO em liquidação

**MARCOS RICARDO**

**COSTI:45163600044**

Assinado de forma digital por  
MARCOS RICARDO

COSTI:45163600044

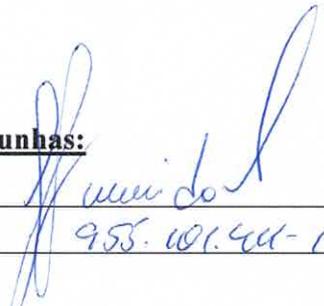
Dados: 2021.04.27 09:53:51 -03'00'

**LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA**

**Marcos Ricardo Costi**

Sócio

### Testemunhas:

1.  \_\_\_\_\_

CPF: 955.101.44-15

2. \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

  
**Flávia Soares de Faria**  
Advogada  
OAB/GO 42.923